



# Contribuição da Corrente Proletária na Educação à 4ª Plenária Intercongressual da CNTE

## I. Conjuntura

A 4ª Plenária se realiza depois de dois meses do governo Lula. Os primeiros passos do governo, que se constituiu com os partidos oligárquicos, os quais estiveram no centro do golpe de Estado de 2016, quando o governo do PT foi derrubado, foram no sentido de pedir que as direções das centrais sindicais se colocassem sob a política de conciliação de classe (entre capital e trabalho). As promessas de campanha eleitoral vão sendo adiadas em nome da falta de recursos e das dificuldades em esvaziar o governo de bolsonaristas, que ainda se mantêm nos cargos. Ao mesmo tempo, se submete aos países imperialistas interessados no controle da Amazônia. Exaltando a democracia (burguesa) em oposição aos atos golpistas, o governo tenta assegurar o apoio de uma fração da burguesia, que se colocou contra a aventura golpista de 8 de janeiro.

Como se vê, o governo de frente ampla, diante dos prognósticos de avanço da crise econômica mundial, agravada pelo prolongamento da guerra na Ucrânia, pela acirrada guerra comercial entre Estados Unidos e China e pela escalada militar das potências, já nasce profundamente submetido aos partidos oligárquicos e ao imperialismo. Sua governabilidade depende de preservar os interesses econômicos desses setores, o que implica continuar descarregando o peso da crise econômica sobre a maioria trabalhadora.

A defesa da independência política das organizações dos explorados diante do governo de frente ampla é fundamental. Para isso, é preciso rechaçar a política de conciliação de classes exposta por Lula às direções das centrais. E trabalhar por organizar a luta dos explorados por um programa próprio de reivindicações e métodos da luta de classes. No entanto, essas direções sindicais estão comprometidas até a medula com a sustentação da governabilidade de Lula, à custa da vida dos oprimidos. Está aí por que é preciso organizar as oposições sindicais classistas e de luta, para recuperar os sindicatos e centrais da ofensiva dos capitalistas e do governo. A

bandeira que expressa a independência de classe se materializa na Oposição Revolucionária ao governo Lula. E por um programa próprio dos explorados, que unifique a maioria oprimida.

## II. O caráter de classe do governo, a independência dos sindicatos e o programa próprio de reivindicações

Lula assume o governo em uma situação de avanço da crise econômica mundial e em meio à crise política, que teve como estopim a tentativa de golpe em 8 de janeiro. Diante dessa realidade, a Corrente Proletária vem mostrando que a vitória de Lula abriu uma nova etapa da crise política, com a constituição de um governo de frente ampla, que abriga boa parte dos partidos que encabeçaram o golpe de Estado de 2016. Trata-se de um governo de conciliação entre o capital e trabalho. Não por acaso, Lula convocou as direções das centrais sindicais para selar o compromisso de colaborar com a governabilidade, se integrando aos fóruns tripartites. Nesse momento, o ministro da Educação, Camilo Santana, fez o mesmo ao se reunir com a direção da CNTE. A contenção das lutas dos trabalhadores depende desses compromissos, que vêm sendo firmados às costas do movimento sindical.

A 4ª Plenária Intercongressual ocorre após a reunião da direção da CNTE com o ministro da Educação, quando foi entregue uma pauta de reivindicações e a sugestão de se constituir um fórum de debate permanente sobre os problemas que atingem à educação. Está aí por que essa Plenária visa tão somente referendar o que a direção já fez nos 13 anos do governo do PT e que pretende retomar nesse terceiro mandato de Lula, depois de seis anos de governo Temer e Bolsonaro.

Mesmo nessas condições negativas, a Corrente Proletária intervém conclamando a vanguarda com consciência de classe que se encontra na Plenária a se colocar contra a política de colaboração de classes das direções sindicais e defender a independên-

cia política e organizativa da classe operária e dos demais trabalhadores. A se colocar sob a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula.

A Plenária da CNTE deve rejeitar tanto a posição francamente de apoio ao governo burguês de Lula, quanto àquela que advoga a tese de que se trata de um governo em disputa. Ambas as posições são colaboracionistas e comprometem a independência do movimento sindical, camponês e popular. A Corrente Proletária afirma que o fundamental está em determinar o caráter de classe do governo. Lula já governou por dois mandatos garantindo os interesses gerais da burguesia e do imperialismo. Agora, sequer terá como ocultar esse conteúdo valendo-se do assistencialismo e da ideologia burguesa e pequeno-burguesa de redução das diferenças sociais e eliminação da fome. O capitalismo em decomposição não permite reformas estruturais que impulsionem as forças produtivas e favoreçam em alguma medida a maioria oprimida.

As correntes sindicais e políticas que se utilizam dos sindicatos e centrais, bem como dos movimentos, para iludir os trabalhadores com as promessas reformistas acabam servindo ao grande capital – aos financistas, industriais e latifundiários. O falso pressuposto sobre a possibilidade de um governo que comanda a máquina do Estado voltar-se à proteção dos pobres, miseráveis e famintos está na contramão das necessidades mais elementares dos explorados, como a defesa do salário mínimo vital, do emprego a todos, dos reajustes automáticos de acordo com o aumento do custo de vida, do acesso integral à saúde e à educação pública em todos os níveis. Cabe à Plenária discutir esse fundamento de classe, que obriga os sindicatos a se colocarem em posição de luta desde já pelo programa próprio de reivindicações, pela oposição revolucionária ao governo burguês e de conciliação de classes de Lula.

### **Tarefas fundamentais da Plenária:**

#### **1. Defender a independência da CNTE e dos sindicatos diante do governo e do Ministro da Educação**

O Ministro da Educação foi categórico ao dizer que não é a favor da revogação da reforma do ensino médio. Considera que a contrarreforma educacional de Temer contém pontos positivos. Nas palavras do ministro, “é preciso ouvir as pesquisas e o que diz a ciência”. Mesmo sabendo de seu caráter privatista, que se afirma por meio da terceirização dos “itinerários” não oferecidos pela rede pública e por meio de parte da BNCC que se materializa com o

avanço do ensino a distância (EaD); mesmo sabendo que os professores são empurrados a assumir aulas de conteúdo estranho à sua formação, a exemplo de “Arte de morar”, como fazer “doce caseiro” e outros “itinerários” dessa natureza; e mesmo sabendo que parte da juventude-trabalhadora foi expulsa dessa modalidade de ensino médio, ampliando os índices de evasão escolar, o Ministro petista é defensor da farsa da reforma do ensino médio.

Em relação ao ensino a distância, que é responsável pela formação de 60% dos professores, que concluem a graduação sem nenhuma condição de enfrentar uma sala de aula, Camilo Santana se mantém em silêncio, embora seu secretariado não tenha se pronunciado pela extirpação do EaD das universidades e da educação básica. A própria direção da CNTE se adaptou à implantação do EaD.

Sobre o Piso Nacional do Magistério, o Ministro se limitou a dizer que o reajuste de 14,95% está de acordo com a Lei e o parecer técnico da AGU de reajuste. Nenhuma promessa em estender o Piso Nacional a todos os trabalhadores da educação, que inclui os funcionários de escola, antiga reivindicação da CNTE. A sugestão da CNTE para que o Ministro enviasse uma nova posição em defesa da Lei do Piso, contrapondo à rejeição de governadores e prefeitos, que se recusam a conceder o reajuste, Camilo Santana apenas ouviu o pedido.

Frente às Escolas Cívico-Militares, Camilo Santana ainda mantém esse entulho bolsonarista, apesar das denúncias e da campanha dos sindicatos pela sua rejeição. A resposta do ministro petista se resumiu a aguardar um relatório desse modelo educacional. O mesmo ocorreu com a chamada “agenda de costumes” e a “Escola sem Partido” da ultradireita bolsonarista. Em particular, é sintomático o silêncio do governo Lula diante do obscurantismo introduzido no ministério da Educação e no sistema escolar, que é a “Escola sem Partido”, uma excrescência reacionária da ultradireita, que expressa o intervencionismo da religião no Estado e nas relações sociais.

Cabe também ressaltar os cortes de recursos para a educação. É notório que, na educação básica, o orçamento vem sendo reduzido desde 2012, agravando-se a partir de 2016 com Temer e depois com Bolsonaro, o que jogou por terra a meta petista do Plano Nacional de Educação (PNE) de atingir os 10% do PIB em 2024. Sobre essa situação, Camilo Santana se limitou a dizer que cabe ao Lula e ao ministro da Fazenda a iniciativa de corrigir essa distorção. Certamente, se referia a eliminação da EC 95 (Teto dos Gastos Públicos), principal fator dos cortes orçamentários e desmonte da educação pública.

Como se vê, estamos diante de um governo de conciliação de classe, e o ministro da Educação não

## **Escute o Massas,** podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**



faz senão reproduzir o que o ministro do Trabalho fez com as direções sindicais, pedir a colaboração para assegurar a sustentabilidade do governo petista. A reunião da CNTE com o Camilo Santana sinalizou esse compromisso. O que coloca para os trabalhadores a árdua tarefa de se contrapor a essa política e se colocar no terreno da independência de classe.

Cabe à Plenária rechaçar qualquer acordo da direção da CNTE com o ministro da Educação.

## 2. Defesa de um programa e dos métodos próprios de luta

A 4ª Plenária tem o dever de aprovar um conjunto de reivindicações que unifica os trabalhadores da educação, e como conquistá-lo. Eis:

### a) Derrubar nas ruas as contrarreformas educacionais, impostas por Temer e Bolsonaro.

A principal delas é a reforma do ensino médio e a BNCC. Trata-se de um movimento nacional, porque essa reforma atingiu a grande maioria dos estados. Juntamente com ela, vieram o avanço do EaD, a farsa dos “itinerários”, a expulsão do jovem-trabalhador e o cerceamento à liberdade de cátedra. O discurso ideológico de que a reforma do ensino médio era para superar a baixa qualidade da aprendizagem, em pouco tempo foi desmascarado. A educação continua precarizada, fator de crescimento da evasão escolar por parte de um contingente de jovens que não vê na escola nenhum sentido prático. Não há aspectos positivos, nem guarda nenhuma relação com a ciência. Representa uma regressão educacional. Para rejeitar essa contrarreforma é necessário um esforço das direções sindicais de retomar a luta que se travou nos anos de 2015 e 2016 contra a reforma do ensino médio. A política levada a cabo pela direção da CNTE tem, para isso, de ser derrotada. No seu lugar, aprovar o caminho da luta direta e nacional em defesa do ensino público.

### b) Sair do discurso e organizar o combate pela extinção da EC 95 e das reformas administrativas impostas pelos governadores.

As direções sindicais lamentam os cortes orça-

mentários ocorridos após o golpe de Estado de 2016 e, sobretudo, com a EC 95. Afirmam que essas medidas acabaram por inviabilizar o Plano Nacional da Educação, que visava a atingir no próximo ano 10% do PIB. Responsabilizam Temer e Bolsonaro pelo não cumprimento dessa meta. No entanto, não há nenhuma disposição de organizar uma luta nacional para derrubar a política de cortes orçamentários. O fato é que não há uma verdadeira campanha contra as medidas administrativas adotadas pelos governadores contra o funcionalismo e, em particular, contra os trabalhadores da educação, medidas que eliminaram antigas conquistas e impuseram um violento arrocho salarial.

A 4ª Plenária não pode se limitar a aprovar uma lista de reivindicações ou a endossar a pauta da CNTE, que foi entregue ao Ministro. Essa Plenária só tem sentido se for para defender os interesses gerais dos trabalhadores da educação.

### c) Defender uma educação para todos, em todos os níveis.

Diante do avanço da terceirização e da privatização na educação, é preciso aprovar a luta pelo fim da terceirização do trabalho nas escolas, antes ocupado pelos funcionários, e pelo rechaço à privatização, que comparece no ensino a distância, na formação dos professores e em parte do currículo (BNCC). E não há outra via a não ser colocar-se pelo fim do sistema privado e pela estatização de todo o sistema de ensino, constituindo o sistema único gratuito. A defesa consequente da educação pública implica o combate à educação privada. A coexistência entre o ensino público e privado tem levado cada vez mais à decomposição do público e fortalecimento da mercantilização da educação.

A luta por um sistema único, público, científico, sob o controle de quem trabalha e estuda, permite a unidade dos explorados, que estão cada vez mais alijados do acesso à educação em todos os níveis.

### d) Por uma educação verdadeiramente científica.

Muito se tem dito sobre a “educação de quali-

**R\$ 30**

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lênin estrategista da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**Novo**  
**Coleção**  
**Editorial**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS**

**Lênin estrategista da revolução proletária**  
*Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique*

**PCB**  
**MARXISMO**  
Teoria e Programa

dade para todos”. Pouco se tem feito para combater a educação obscurantista, privatista e voltada a proteger a propriedade privada dos meios de produção, raiz da decomposição da educação. Os governos petistas e a grande maioria das direções sindicais criam a ilusão de que é possível modificar o curso regressivo da educação, a partir da vontade política dos governantes e da colaboração dos sindicatos ligados à educação. Pretendem alterar aspectos das contrarreformas, ou seja, corrigir o que é negativo, mantendo sua essência. Trata-se de uma experiência já vivenciada durante os 13 anos de governo do PT e que não trouxe a denominada “educação de qualidade”.

Para a Corrente Proletária, a defesa da educação é parte do programa da revolução social. A escola capitalista não faz senão desfigurar as capacidades criadoras e reforçar o embrutecimento da juventude advindo da exploração e da divisão social do trabalho. O capitalismo em sua fase de desagregação não tem como impor as reformas progressivas para a educação, ao contrário, está obrigado a impor as contrarreformas. Um governo que está a serviço de administrar o Estado burguês não tem como modificar esse rumo.

A luta por um ensino científico para todos está vinculada à defesa de uma educação voltada à produção social. O capitalismo foi às últimas consequências com a separação entre a teoria e a prática, o que reforçou o ensino/aprendizagem metafísico (fragmentado, memorístico). Ao contrário, a educação científica baseia-se na concepção materialista, o que implica o seu vínculo com a produção social. E não há outro caminho para alcançar essa nova escola a não ser se apoiar na estratégia do proletariado de derrocada do capitalismo e de seu Estado e estabelecimento do Estado operário, fruto da revolução social.

As reivindicações educacionais fazem parte desse objetivo histórico. São, assim, o ponto de partida para a luta da maioria explorada, sob a direção do proletariado para a conquista do poder político. Servem de base para desenvolver os métodos revolucionários na luta para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho, que só oferece uma escola decadente e impregnada, político e ideologicamente, dos interesses da classe dominante, exploradora da maioria oprimida.

### III. Política Sindical

A CNTE não tem atuação viva no movimento dos trabalhadores da educação. Desde sua criação, é um aparato que serve à política do PT e aliados. Reúne boa parte dos sindicatos do setor, mas não é uma central sindical destinada a coordenar e impulsionar a luta nacional dos trabalhadores da educação. Como não surgiu do movimento, das greves, manteve sua existência distante das necessidades reais de organizar a luta geral contra as medidas governamentais e em defesa das reivindicações vitais desse setor explorado. Assim, não foi capaz de levantar uma greve nacional contra a reforma do ensino médio, a BNCC, a EC 95, a reforma da previdência do funcionalismo e em defesa de um Piso Nacional, por 20 horas, não inferior ao salário mínimo do Dieese, hoje de aproximadamente R\$ 6.500,00. Sua política se restringe às denúncias, que se processam no site da entidade ou em suas publicações. Durante os dois anos de pandemia, fez campanha pela política burguesa do isolamento social, quando a maioria dos trabalhadores já estava em seus postos de trabalho. Essa passividade faz da CNTE um organismo sem vida para os milhões de trabalhadores da educação.

Agora, diante do governo Lula, a tendência da CNTE é a de expressar centralizadamente a política de colaboração de classes das direções sindicais. A Plenária foi convocada precisamente para legitimar a participação da CNTE nos fóruns tripartites e nas mesas de negociação permanente.

***A Corrente Proletária participa dessa 4ª Plenária tendo claro que dificilmente será revertida essa política de estatização sindical. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de lutar pela transformação do caráter aparelhista e burocrático da CNTE. Os trabalhadores da educação necessitam de um verdadeiro organismo que centralize política e organizativamente o movimento dos professores, funcionários e juventude em defesa do programa da educação pública, e que se vincule ativamente ao movimento da classe operária e dos demais explorados. A defesa da educação vinculada à produção social cabe não apenas aos sindicatos ligados ao sistema ensino, mas também, e sobretudo, aos sindicatos da classe operária. Um passo nesse sentido pode ser dado se a 4ª Plenária da CNTE aprovar uma campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde e educação pública, e derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. ■***

## PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

***A classe operária em todo o mundo deve se colocar pelo fim imediato da guerra na Ucrânia. Deve, igualmente, lutar contra suas consequências, que recaem sobre os explorados, na forma da alta do custo de vida, de desemprego, de fome e miséria. Lutemos por: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.***